



## PROJETO DE LEI Nº /2023

**Institui o Programa de Aposentadoria Incentivada, no exercício de 2023, para servidores efetivos ou estáveis da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, no exercício de 2023, com o objetivo de incentivar a aposentadoria de servidores efetivos ou estáveis do Quadro Permanente de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo – Ales.

**Art. 2º** Os servidores efetivos ou estáveis em atividade na Ales que hajam preenchido ou venham a preencher todos os requisitos para aposentadoria voluntária integral, restando apenas atingir a idade para a aposentadoria compulsória, e os servidores que apenas preencham os requisitos para aposentadoria proporcional poderão aderir ao PAI.

**Parágrafo único.** A implementação do PAI será realizada de acordo com a conveniência e a oportunidade da Ales, conforme critérios e condições a serem definidos em Ato da Mesa Diretora.

**Art. 3º** Excetuam-se do disposto no art. 2º desta Lei os servidores que tenham sido condenados por decisão judicial transitada em julgado que importe na perda do cargo.

**Art. 4º** Os servidores efetivos ou estáveis que estiverem respondendo a processo administrativo disciplinar ou penal poderão aderir ao PAI, entretanto o deferimento do pedido fica condicionado à conclusão do processo.

**Art. 5º** Será concedida indenização aos servidores efetivos ou estáveis que hajam preenchido ou venham a preencher todos os requisitos para aposentadoria voluntária integral que aderirem ao PAI, de valor correspondente à média ponderada dos seguintes itens:

I - 20% (vinte por cento) de sua remuneração mensal, por ano e fração de serviço prestado à Ales até a data de sua adesão ao PAI;

II - 20% (vinte por cento) de sua remuneração mensal, por ano e fração correspondente ao tempo faltante para sua aposentadoria compulsória, a contar da data de sua adesão ao PAI.





**§ 1º** Aos servidores efetivos ou estáveis que postularem aposentadoria com vencimento proporcional ao tempo de serviço prestado e tiverem o pedido de adesão ao PAI deferido será concedido indenização de valor correspondente a 20% (vinte por cento) de sua remuneração mensal, por ano e fração de serviço prestado à Ales até a data de sua adesão ao PAI.

**§ 2º** Considerar-se-á como remuneração mensal, para cálculo da indenização referida no *caput* deste artigo, para os servidores efetivos ou estáveis, a soma do vencimento e das vantagens pessoais ou o valor do subsídio, tendo por base os valores vigentes no mês da adesão ao PAI, observado o limite imposto no inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal.

**§ 3º** Na contagem do tempo de serviço e do tempo faltante para a aposentadoria compulsória, considerar-se-á, como ano integral, a fração superior a 06 (seis) meses.

**§ 4º** Para fins de apuração de tempo de serviço efetivamente prestado à Ales, considera-se o exercício de cargo de provimento em comissão e de outros cargos de provimento efetivo, ainda que diferentes do cargo atual, considerando como termo final máximo da contagem do tempo de serviço o último dia estabelecido para adesão ao PAI.

**§ 5º** A indenização de que trata este artigo não se incorpora, para nenhum efeito, ao provento de aposentadoria e nem interfere em seu cálculo, assim como não compõe margem de cálculo consignável ou para qualquer outro fim.

**Art. 6º** O pagamento da indenização referida no art. 5º desta Lei fica condicionado ao deferimento da aposentadoria e à respectiva publicação do ato de aposentação pelo Órgão Previdenciário e será efetivado em parcela única.

**§ 1º** Conforme legislação vigente, sobre as verbas de natureza indenizatória não há incidência de Imposto de Renda a ser retido na fonte.

**§ 2º** Desde o momento da adesão ao PAI até o momento da publicação do ato de aposentação incidirá correção monetária sobre o valor da indenização.

**§ 3º** Para fins de cálculo do disposto no § 2º deste artigo, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**§ 4º** Em nenhuma hipótese incidirão juros sobre o valor da indenização.

**§ 5º** Será deduzido do valor da indenização eventual saldo de débito que os servidores porventura tenham com a Ales.

**Art. 7º** A adesão ao PAI não retira dos servidores o direito à participação nos processos de progressão ou promoção na carreira enquanto na atividade.





**Parágrafo único.** Possíveis progressões ou promoções posteriores à adesão dos servidores ao PAI não serão computadas para efeito de cálculo da indenização prevista no art. 5º desta Lei.

**Art. 8º** No caso de novo ingresso no serviço público estadual, o tempo de serviço considerado para apuração da indenização, nos termos desta Lei, não poderá ser reutilizado para o mesmo fim ou aquisição de qualquer outro benefício ou vantagem.

**Art. 9º** Fica expressamente vedada, pelo prazo de 04 (quatro) anos, a contar da data da publicação do ato de aposentação, a nomeação do beneficiado pelo PAI para ocupar cargo de provimento em comissão ou a sua contratação por qualquer outra modalidade no âmbito da Ales, exceto se habilitado em concurso público de provas ou de provas e títulos para cargo de provimento efetivo.

**Art. 10.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, que serão suplementadas, se necessário.

**Art. 11.** A Ales, por meio de Ato da Mesa Diretora, regulamentará a execução do disposto nesta Lei.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 10 de julho de 2023.

**MARCELO SANTOS**

**Presidente**





## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei propõe a instituição do Programa de Aposentadoria Incentivada para servidores efetivos ou estáveis da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo – ALES, no exercício de 2023.

Servidores que atualmente se mantêm na atividade com todos os requisitos cumpridos para aposentadoria voluntária integral, restando apenas atingir a idade para a aposentadoria compulsória, recebem, por força do artigo 40, § 19 da Constituição Federal, o benefício do abono permanência, item classificado como despesa de pessoal. Entretanto, cessa-se o direito a tal benefício quando o servidor é transferido para a inatividade, o que por si só já contribuirá para a redução das despesas hoje realizadas por esta Casa Legislativa.

Além de tal redução, ainda deve ser considerada a diminuição das despesas com auxílio-alimentação, benefício este concedido aos servidores somente enquanto em atividade. A transferência destes para a inatividade encerra a despesa, classificada como “despesas correntes”.

Esta Assembleia Legislativa estima que o incentivo à aposentadoria ora apresentado se refletirá em economia orçamentária e financeira, somados os itens abono permanência e auxílio-alimentação, na ordem de R\$ 45 milhões de reais, considerada a idade limite de 75 anos para a aposentadoria compulsória e todo o quantitativo de servidores que em junho de 2023 já recebiam o benefício do abono permanência. Em contrapartida, a despesa com a indenização prevista como incentivo à aposentadoria, levando-se em conta a metodologia sugerida no presente Projeto de Lei, será de estimados R\$ 6 milhões de reais previstos para a vigência da norma, o que resulta numa economia orçamentária e financeira, a longo prazo, de R\$ 38 milhões de reais, benéfica a esta Casa e a todo o Estado do Espírito Santo.





Importante destacar que um programa como o ora proposto, ao reduzir a força de trabalho e o gasto com pessoal, contribuirá para a redução de despesas na ALES e possibilitará futura renovação da força de trabalho, por meio de novo concurso público, introduzindo a longo prazo novo quadro de pessoal, com direitos e vantagens mais similares.

Cabe ressaltar que a indenização visa valorizar e prestigiar os servidores que, por tantos anos, prestaram relevantes serviços à ALES, sendo uma forma de agradecê-los por toda dedicação.

Por fim, ressalta-se que o presente Projeto atende aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal e das demais normas concernentes às finanças públicas, uma vez que esta Assembleia Legislativa possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobertura da despesa com a indenização aos servidores que aderirem ao Programa.

Por todo o exposto, temos a certeza de que esta nobre Casa Legislativa, apreciando o teor do presente Projeto e as razões que o justificam, apoiará e aprovará esta iniciativa.

